

## **Introdução**

O trabalho em se abordar a história econômica do Estado do Paraná, mais especificamente a história do café, desde os seus primórdios, passando pelo auge de sua produção e comercialização e avançar até seus momentos mais difíceis, é tarefa pronta e publicada. Desta forma, o esforço deste artigo foi facilitado, pois contou com a “boa companhia” de David Carneiro, Romário Martins, Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Nadir Aparecida Cancian, para citar apenas alguns expoentes neste campo de pesquisa.

O objetivo deste artigo restringe-se, então, a incentivar, balizar e abrir possíveis caminhos para novas pesquisas sobre esta atividade econômica que, em termos de Brasil, deu início a uma infraestrutura que seria utilizada por outros segmentos econômicos. Em relação ao Paraná, foi responsável, entre outros fatores, pela ocupação e colonização de regiões importantes do estado.

## **1 O Café no Norte Pioneiro (Velho)**

Cancian (1981) defende a tese de que a cafeicultura paranaense foi uma continuação da “marcha para o oeste” da cafeicultura paulista. Hipótese esta extremamente coerente quando se considera que, a partir do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro, o café buscou, como um “rastilho de pólvora”, as férteis terras do oeste do estado de São Paulo. Não tardaria para que paulistas e mineiros voltassem suas atenções para as novas terras – sem saúvas – do norte do Paraná, já na segunda metade do século XIX. Os fatores desta “invasão” no norte paranaense tornam-se praticamente consenso entre os diversos autores. Primeiramente destaca-se a expansão da Revolução Industrial, consolidando o imperialismo e a formação de uma nova fase do capitalismo, o capitalismo monopolista, caracterizado pela busca de mercados fornecedores e consumidores. Os imigrantes europeus e japoneses foram, da mesma forma, importantes para impulsionar os empreendimentos agrícolas nas regiões sul e sudeste do Brasil.

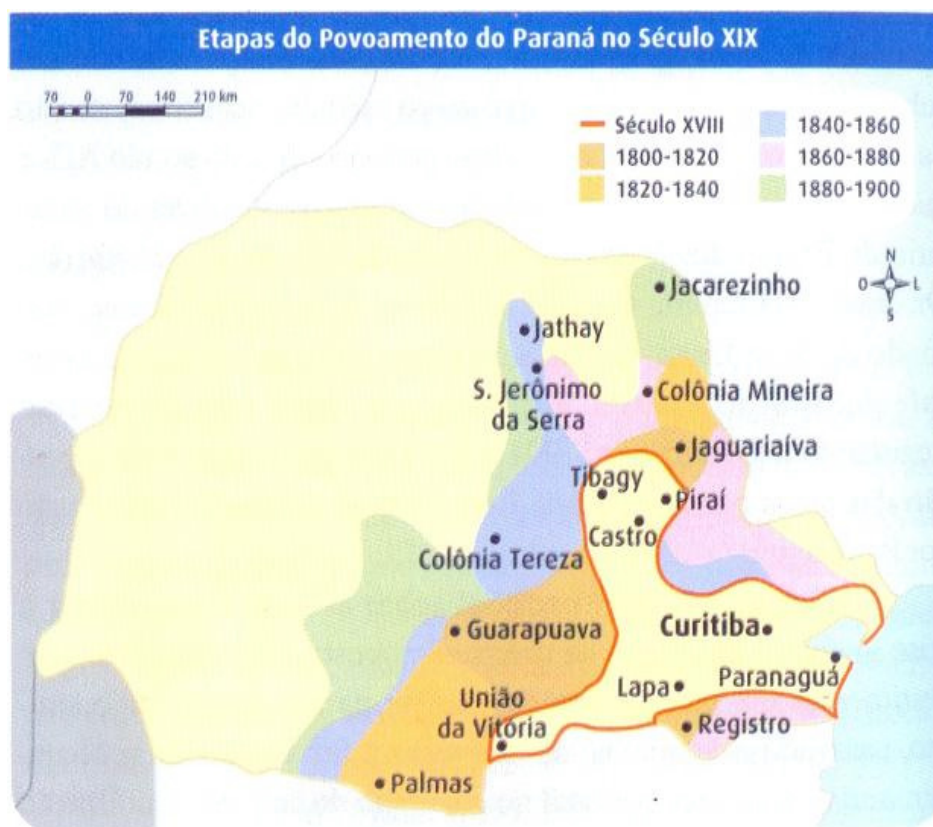
No Paraná, além dos fatores já mencionados, contribuíram também para o desenvolvimento da economia cafeeira, a terra de boa qualidade, incentivos do governo do Estado em ocupar terras devolutas de forma permanente e a crise pela qual passava a cafeicultura brasileira, sobretudo a paulista, desde 1893, que gerou medidas restritivas em São Paulo. Em contrapartida, no mesmo período – fins do século XIX e início do século XX – as autoridades paranaenses, através do secretário de Estado dos Negócios de Finanças, Comércio e Indústrias, Dr. Javert Madureira, e do presidente do Estado, Dr. Vicente Machado da Silva Lima, procuravam incentivar e proteger a nascente cafeicultura do Paraná. Em suas mensagens ao Congresso Legislativo do Estado, em 1904 e 1905, eles pediam não só a redução das taxas como a própria isenção de impostos de exportação por Paranaguá.

---

<sup>\*</sup> Professor da FAE Centro Universitário.

O debate nacional sobre as formas de superar a crise cafeeira gravitava em torno de diversas propostas, que iam desde investimentos em propaganda no exterior para o aumento do consumo, passando pela queima do excedente a fim de equilibrar a equação oferta-demanda e monopólio estatal no comércio de café, até a utilização de instrumentos para valorizar artificialmente os preços do produto, o que foi consubstanciado no Convênio de Taubaté em 1906. A partir de 1908, percebe-se resultados positivos, tanto das medidas implementadas nacionalmente, como dos incentivos locais. Os preços começaram a estabilizar e, até mesmo, a subir. Como resultado desta nova e favorável realidade, plantadores paranaenses interessaram-se em consolidar uma cultura cafeeira no Estado.

A terra vermelha para alguns e roxa (vem do vermelho em italiano) para outros, do Terceiro Planalto paranaense, abrigou quase que a totalidade das plantações de café que, ao longo do século XX, ampliou-se da região norte para o noroeste, até atingir o extremo Oeste do Estado. A princípio, o café invade o Norte Pioneiro (Velho), mais precisamente a região de Wenceslau Braz e Jacarezinho. A partir da segunda metade da década de 1920, expande-se para a região de Algodoeira de Assai, que foi ocupada a partir de meados do século XIX, quando da implementação da Colônia Militar do Jathay.



Fonte: Atlas Histórico do Paraná (adaptado).

Conforme evidenciam as pesquisas de Altiva Pilatti Balhana (1969), os primeiros cafezais paranaenses foram plantados por pioneiros mineiros e paulistas, que chegaram à região através do Rio Itararé durante a segunda metade do século XIX. Como destaques deste período, estão às regiões de Siqueira Campos (antiga Colônia Mineira), 1862; Santo Antonio da Platina, 1866; São José da Boa Vista e Wenceslau Braz, 1867. A historiadora destaca que o cultivo do café poderia não ser o objetivo principal destes pioneiros, contudo, há fortes indícios de que plantaram café. O Relatório apresentado à

Assembléia Legislativa do Paraná, em 16 de fevereiro de 1880, pelo Presidente da província, Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, confirma tais indícios. O documento refere-se à construção de uma estrada que ligaria São José da Boa Vista a Castro.

[...] que por ella é feito ao transporte das tropas que se dirigem a província de São Paulo em demanda do café, visto o trajeto ser menor e menos dispendioso [...] (Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná pelo Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, presidente do Estado, em 16/02/1880)

Apenas o clima, solo e os preços favoráveis não bastariam para consolidar uma cultura cafeeira no Paraná. Já que o consumo interno era pequeno, seria necessário escoar a produção a alcançar os mercados externos. O governo do Paraná passou a ter duas preocupações centrais. A primeira de ordem fiscal, ou seja, aumentar a arrecadação de impostos, compensando, desta forma, a perda de divisas pelo declínio do ciclo ervateiro.

[...] a produção de café, nessa zona [Norte Pioneiro], já se eleva à quantidade superior a cem mil arrobas, que devem produzir mais de cem contos de réis de renda de impostos [...] (Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná em sessão extraordinária pelo Dr. José Pereira dos Santos Andrade, presidente do Estado. Curitiba, 1998, p.9)

A segunda consistia em manter a incipiente economia cafeeira ligada a São Paulo, uma vez que o Estado era pobre e faltava infraestrutura para integrar o Norte Pioneiro ao Paraná tradicional e, conseqüentemente, aos portos de Paranaguá e Antonina. O Estado de São Paulo já possuía uma razoável estrutura ferroviária, além do porto de Santos ser mais eficaz no que se refere à comercialização, pois ali se encontravam as principais Casas Comissárias, especializadas no desembarço da burocracia exportadora e importadora. O governo do Paraná buscava também aproveitar as estradas que surgiram por iniciativa de particulares até a região do Rio Paranapanema. De acordo com Romário Martins,

[...] o comércio se fazia com as villas de Santa Cruz do Rio Pardo e de Piraju, até 1894, por picadões para tropas cargueiras até os portos improvisados na margem esquerda do rio Paranapanema [...] vão dar o incremento de toda a região o surgimento de novos portos e de novas estradas. (MARTINS, 1924, p.2-3)

A Construção de uma balsa ligando o Paraná a Ourinhos alavancou o comércio com várias localidades de São Paulo, e a Estação de Cerqueira César da Estrada de Ferro Sorocabana consolidou este comércio.

Os pioneiros paulistas superaram os mineiros no café do Norte Velho, se não em número, em capital investido. O exemplo clássico é o da família de Antonio Barbosa Ferraz, que, saindo da região de Ribeirão Preto, instalou-se em 1904 nas proximidades de Cambará, onde plantou cerca de um milhão de pés de café. Com a constituição da Companhia Agrícola Barbosa e, depois, a Sociedade Agrícola Barbosa, a ocupação foi rápida. Entre 1921 e 1924, as regiões de Bandeirantes, Santa Mariana e Cornélio Procopio já haviam sido tomadas por cafezais.

O exemplo paulista se reflete também na organização fundiária do Norte paranaense, formado basicamente por latifúndios, o que, segundo Romário Martins (1924, p.14), é uma condição das lavouras de café. Ressalta também a coexistência dos pequenos sítios ao lado das fazendas de café, fenômeno comum principalmente no Noroeste paulista.

No tocante à produtividade e rentabilidade, o Paraná distanciava-se de São Paulo. A historiadora Nadir Aparecida Cancian (1981, p.57) afirma que, na região dos Barbosa Ferraz, era possível atingir, após o quinto ou sexto ano depois do plantio, um índice de 1.000 arrobas por mil pés, enquanto a região de Ribeirão Preto não ultrapassava 75 arrobas por mil pés de café. O que tornava o negócio rentável, além da terra fértil, era a presença dos proprietários à frente dos empreendimentos. Reforçando tal afirmação, Romário Martins (1924, p.14) descreve estes proprietários como elementos sociais de valor, representantes da boa cultura intelectual e da mais fina educação, sendo eles, geralmente, profissionais liberais.

Em relatórios da Secretaria Geral do Estado do Paraná encontram-se referências a 80 famílias de japoneses, contratadas pela Companhia Agrícola Barbosa. Afirma o documento que, na safra de 1922/23, estes colonos haviam faturado, em média, aproximadamente 12 mil réis diários com as colheitas de café. Abaixo, lemos parte deste relatório transcrito por Nadir A. Cancian:

[...] A maior parte dessas famílias vão retirar-se no fim deste ano para adquirirem aqui no Estado, terras particulares junto aos seus patrícios que já formaram um núcleo regular e toda essa gente tem aqui saído satisfeita e com meios mais do que necessários para se estabelecerem. (CANCIAN, 1981, p.60)

O período da Grande Depressão dos anos de 1930 e da Segunda Guerra Mundial influenciou a mudança de atitude quanto aos métodos até então utilizados. São Paulo engajou-se mais do que qualquer outro estado ao Projeto Nacional de Getúlio Vargas, o qual enfatizava a industrialização por substituição de importações. A atitude dos paulistas refletiu imediatamente na produção cafeeira, levando uma produção de aproximadamente 21.800.000 sacas na safra de 1933/34 para 4.721.800 sacas na safra de 1944/45 (CANCIAN, 1981, p.68). Já no Estado do Paraná, observa-se exatamente o contrário. Apesar da forte geada de 1942, o número de área plantada aumentou de 58.870 ha, em 1930, para 113.277 ha, em 1945.

O Censo Agrícola do Paraná, de 1920, e os Levantamentos do Departamento Nacional do Café, de 1935 e 1942, demonstram que, se por um lado aumentou o número de propriedades que cultivavam café, por outro, diminuiu a área de cultivo em média por fazenda. Cancian (1981, p.69-70) adverte que o quadro recessivo da década de 1930 provocou uma diminuição na área cafeeira dos latifúndios, contudo, houve um incentivo aos minifúndios. Da mesma forma, a autora ressalta que o dinamismo de outrora dos cafeicultores, quando o café batia recordes em preços altos, ausentou-se neste período.

Número de propriedades e Área Média (em ha) com Cafeeiros - Norte Velho de Wenceslau Braz -						
Municípios	1920 (1)		1935 (2)		1942 (3)	
	nº de propriedades	área média	nº de propriedades	área média	nº de propriedades	área média
Carlópolis	5	45,2	110	11,7	105	12,9
Joaquim Távora	—	—	100	20,0	215	12,7
São José da Boa Vista	114	14,6	423	15,2	—	—
Siqueira Campos	—	—	216	5,9	446	5,9
Tomazina	85	81,4	252	15,9	291	11,2
Wenceslau Braz	—	—	—	—	118	5,2
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>43,2</b>	<b>1.101</b>	<b>9,7</b>	<b>1.175</b>	<b>9,4</b>

Fontes: (1) Censo Agrícola do Paraná - 1920; (2) Levantamento do Departamento Nacional do Café - 1935; (3) Levantamento do Departamento Nacional do Café - 1942 (modificado).



<b>Área Média e Número de Propriedades Cafeeiras - Norte Velho de Jacarezinho -</b>						
<b>Municípios</b>	<b>Número de Propriedades</b>			<b>Área Média das Propriedades</b>		
	<b>1920 (1)</b>	<b>1935 (2)</b>	<b>1942 (3)</b>	<b>1920 (1)</b>	<b>1935 (2)</b>	<b>1942 (3)</b>
Bandeirantes	—	90	228	—	60,6	31,1
Cambará	—	260	337	—	68,8	17,6
Cornélio Procopio	—	—	398	—	—	30,3
Jacarezinho	81	333	381	79,5	40,9	37,6
Ribeirão Claro	140	322	344	47,5	33,5	26,0
Santo A. Platina	45	314	343	24,6	28,7	32,5
<b>Total</b>	<b>271</b>	<b>1.319</b>	<b>2.031</b>	<b>52,4</b>	<b>43,0</b>	<b>34,0</b>

Fontes: (1) Censo Agrícola do Paraná - 1920; (2) Levantamento Cafeeiro D.N.C. - 1935; (3) Levantamento Cafeeiro D.N.C. - 1942 (modificado).

<b>Número de Propriedades, Área Cultivada, no Norte do Paraná, nos anos de 1920, 1935, 1942, 1945</b>							
<b>Regiões</b>	<b>Nº de Propriedades</b>			<b>Área Cultivada com Cafeeiros</b>			
	<b>1920</b>	<b>1935</b>	<b>1942</b>	<b>1920</b>	<b>1935</b>	<b>1942</b>	<b>1945</b>
Norte Velho de Wenceslau Braz	204	1.101	1.175	8.811	10.627	11.060	8.850
Norte Velho de Jacarezinho	271	1.319	2.031	14.195	56.741	68.970	70.023
Algodoeira de Assaí	—	23	8	—	850	2.137	2.240
Norte Novo de Londrina	—	150	2.060	—	3.300	29.230	31.680
<b>Total</b>	<b>471</b>	<b>2.593</b>	<b>5.274</b>	<b>23.006</b>	<b>71.158</b>	<b>111.397</b>	<b>113.033</b>

Fontes: Censo Agrícola do Paraná - 1920; Levantamento Cafeeiro D.N.C. - 1935. Levantamento Cafeeiro D.N.C. - 1942; Departamento Estadual de Estatística do Paraná - 1945 (modificado).

<b>Área Média, Número de Cafeeiros, no Norte do Paraná, nos anos de 1920, 1935, 1942, 1945</b>							
<b>Regiões</b>	<b>Área Média de Cultivo (em ha)</b>			<b>Número de Cafeeiros</b>			
	<b>1920</b>	<b>1935</b>	<b>1942</b>	<b>1920</b>	<b>1935</b>	<b>1942</b>	<b>1945</b>
Norte Velho de Wenceslau Braz	43,2	9,7	9,4	5.286.460	5.845.119	5.803.113	4.867.500
Norte Velho de Jacarezinho	52,4	43,0	34,0	8.516.712	31.207.480	37.960.499	39.913.110
Algodoeira de Assaí	—	37,0	267,1	—	484.300	1.233.150	1.276.800
Norte Novo de Londrina	—	22,0	14,2	—	1.881.077	16.432.314	18.057.600
<b>Total</b>	<b>48,4</b>	<b>27,6</b>	<b>22,1</b>	<b>13.803.172</b>	<b>39.417.976</b>	<b>61.434.076</b>	<b>64.115.010</b>

Fontes: Censo Agrícola do Paraná - 1920; Levantamento Cafeeiro D.N.C. - 1935. Levantamento Cafeeiro D.N.C. - 1942; Departamento Estadual de Estatística do Paraná - 1945 (modificado).

## 2 O café no Norte Novo, Novíssimo e Extremo Oeste

O avanço por novas regiões pioneiras do Norte do Paraná justifica a ampliação da área plantada e também do número de propriedades incluídas na economia cafeeira. A abertura de novas frentes está ligada também à ação das Companhias Colonizadoras, as quais injetaram um novo dinamismo ao ciclo cafeeiro no Estado, que atingiu seu apogeu no denominado período expansivo do pós-guerra (1945-1971). De acordo com dados levantados por Cancian (1981, p. 90), a população das áreas dominadas pelo café, ou seja, Norte Pioneiro, Novo, Novíssimo e Extremo Oeste, ultrapassava em pouco os 72 mil habitantes em 1920, e contava com apenas seis municípios cafeeiros. Em 1970, a população das áreas cafeeiras superava em muito os 4 milhões de habitantes e já estava distribuída em 192 municípios, cuja economia assentava-se sobre o café.

O quadro abaixo evidencia as principais Companhias de Colonização e suas respectivas áreas de atuação.

Companhia	Área de Atuação
Cia. Agrícola Barbosa	Cambará, Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procópio
G. Lunardelli S. A.	Sertanópolis, Assai, Arapongas, Apucarana, Bela Vista do Paraíso, Campo Mourão, Porecatu
Cia. Almeida Prado	São Paulo, Londrina, Uraí
Colonizadora Vale do Ivaí	Pombal e Kaloré
Cia. de Terras Norte do Paraná	Londrina, Apucarana, Maringá, Noroeste do Estado
Cia. Melhoramentos Norte do Paraná	Londrina, Maringá, Apucarana, Cianorte, Umuarama, Paranavaí

Entre as décadas de 1940 e 1970, apenas no eixo Londrina – Apucarana – Maringá, o café gerou centenas de milhares de empregos e colocou alimento nas mesas de milhares de famílias. A cultura cafeeira proporcionou oportunidades nas diversas etapas de sua produção: no plantio e manutenção (capina) das roças; na colheita (derrigagem, abanagem e secagem nos terreirões); na comercialização e transporte até as máquinas de beneficiamento. Desse modo, vários segmentos profissionais garantiam suas rendas, tais como: carregadores, ensacadores, classificadores e, inclusive, as “catadeiras” que separavam os grãos que não possuíam boa qualidade dos demais.

As lavouras de café permitiam, paralelamente, o desenvolvimento de uma cultura de subsistência, pois uma vez que o sistema de plantio adensado não era praticado, o agricultor podia fazer uso das “ruas” entre as fileiras dos pés de café para cultivar produtos para o seu sustento e de sua família, assim como abastecer o pequeno comércio da região. No período de colheita, os setores de bens de consumo imediato, como de bens de consumo duráveis e de máquinas e equipamentos, eram extremamente fomentados nas cidades próximas, na Capital Curitiba e até mesmo na não distante cidade de São Paulo.

O professor Dennison de Oliveira (2001, p.35) demonstrou em suas pesquisas que as cidades surgidas após 1920, e mais precisamente a partir da década de 1940, guardam forte relação com interesses políticos e eleitorais. E traduziriam um padrão de adensamento urbano. Este padrão, segundo o historiador, no Norte do Paraná é atribuído à expansão cafeeira.

A partir da década de 1950, as terras disponíveis se esgotaram rapidamente no Norte Novo de Londrina, da mesma forma que no Norte Novíssimo de Umuarama e Paranavaí, na década seguinte. E o ciclo cafeeiro começa a dar sinais de decadência. Segundo Oliveira, vários fatores influenciaram este processo de esgotamento, em destaque as superproduções nas safras dos anos de 1950 e o confisco cambial dos exportadores efetuado pelo Governo de Juscelino Kubitschek. Contudo, as fortes geadas do final dos anos de 1960 e início da década de 1970 foram determinantes para a erradicação de extensas áreas de cafezais.

O café representava, em 1969, mais de um terço das exportações brasileiras, ao passo que, em 1975, após a geada “negra” que atingiu fortemente as regiões produtoras de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e principalmente o Norte do Paraná, as exportações de café não superavam 7% da pauta brasileira. Era o fim de um ciclo.

### **3 Considerações finais**

O ciclo do café contribuiu de forma significativa e única para a formação de um Paraná forte, independente e diferente. O impacto econômico e social provocado pela cultura cafeeira no Paraná pode ser comparado, sem super dimensionar sua importância, aos impactos da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro no período colonial, aos do ouro na região das Minas Gerais no século XVIII e aos do café no Vale do Paraíba e Oeste Paulista.

No Paraná, o café transformou vazios geográficos em regiões prósperas e urbanizadas. Fundou várias municipalidades e desenvolveu nestas áreas uma especificidade cultural não encontrada no Paraná Tradicional. Afinal, o café do Norte do Paraná foi o atrativo de várias ondas migratórias, tanto de mineiros e paulistas, como de milhares de nordestinos que, após fazerem uma pequena escala em São Paulo, seguiam em busca de oportunidades nas férteis terras do Terceiro Planalto paranaense. Não esquecendo dos imigrantes europeus e asiáticos que juntamente com os brasileiros de diversas regiões produziram um “caldo” cultural único e rico.

Politicamente, o café também foi de extrema importância, já que foi graças à agricultura cafeeira e suas conseqüências econômicas, fiscais e tributárias, que o poder central do Estado apressou-se em promover uma “integração” mais forte dos “dois paranás”, um ervateiro e o outro cafeeiro, determinando desta forma o contorno definitivo do Estado do Paraná.

## Referências

BALHANA, Altiva Pilatti. **História do Paraná**. 4.v. Curitiba: Gráfica Editora Paraná, 1969.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARNEIRO, David. **Formas estruturais da economia do Paraná**. Paraná, s/data.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

MARTINS, Romário. **Cafelândia, terras das glebas de outros, impressões de viagens**. Coletânea de artigos de jornais, 1924, s/ref. Constantes do acervo da Biblioteca do Museu Paranaense, Curitiba.

NETTO, Antonio Delfin. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, 1959.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

## Fontes

PARANÁ. Governador, 1898 -1903 (J. P. dos Santos Andrade). Mensagem à Assembléia Legislativa – 1898. Curitiba, 1989.

PARANÁ. Governador, 1904 – 1907 (V. M. da Silva Lima). Mensagem à Assembléia Legislativa – 1907. Curitiba, 1909.

PARANÁ. Governador, 1920 – 1928 (C. M. da Rocha). Mensagem à Assembléia – 1922. Curitiba: Imprensa Oficial, 1922.

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná em 16 de fevereiro de 1880, pelo Presidente da Província Exmo. Sr. Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, Curitiba, 1880.

RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná pelo Secretário de Estado dos Negócios de Finanças, Comércio e Indústria, Dr. Javert Madureira. Curitiba, 1904.

RELATÓRIO da Secretaria Geral do Estado do Paraná apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado por Alcides Munhoz, Secretário Geral d'Estado, referente aos serviços do exercício financeiro de 1922-23. Curitiba, 1924.